



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÕES Nº 2024/1700

DATA: 30 DE ABRIL DE 2024

HORA: 08 HORAS E 30 MINUTOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

PROCESSAMENTO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP

REGIME: ENTREGA PARCELADA

PARTICIPAÇÃO: GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O **MUNICÍPIO DE GARIBALDI**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia e hora acima descritos, realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, através do endereço eletrônico www.pregaobanrisul.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Garibaldi, RS, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, Centro, ou pelo telefone (54) 3462-8228, ou ainda através do e-mail: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br.

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO ELETRÔNICO deverão efetuar os procedimentos junto ao sítio eletrônico, conforme determinado neste edital.

1 - DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto da presente licitação o registro de preços para a aquisição de equipamentos de informática, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

COTA RESERVADA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SCANNER PLANETÁRIO PARA DIGITALIZAÇÃO – Especificação conforme Termo de Referência;	UN	01	R\$ 4.769,90	R\$ 4.769,90
02	SWITCH 24 PORTAS – Especificação conforme Termo de Referência;	UN	02	R\$ 26.727,00	R\$ 53.454,00
03	TELEFONE DE MESA COM FIO. TELEFONE VOIP – Especificação conforme Termo de Referência;	UN	100	R\$ 300,00	R\$ 30.000,00
04	TELEFONE SEM FIO - KIT BASE VOIP SEM FIO. Composição do Kit: 05 Telefones Sem Fio e 01 Base DECT - Especificação conforme Termo de Referência;	UN	15	R\$ 2.700,00	R\$ 40.500,00
05	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) - DEVE ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE, DEVE POSSUIR TECNOLOGIA LCD COM MATRIZ ATIVA TFT COM 16 MILHÕES DE CORES; RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA DE 1024 X 768 E	UN	01	R\$ 5.080,00	R\$ 5.080,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

	COMPATIBILIDADE 16:9; DEVE POSSUIR INTERFACES DE COMUNICAÇÃO, SENDO 01 (UMA) VGA E 01 (UMA) HDMI; DEVE POSSUIR ENTRADA USB; LUMINOSIDADE MÍNIMA DE 2500 LUMENS; ALTO-FALANTE INTEGRADO NO PROJETO COM O MÍNIMO DE 1W DE POTÊNCIA; ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA 100-120V, 220-240V; CONTROLE REMOTO IR, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO VGA; MANUAL DO USUÁRIO; SUPORTA APRESENTAÇÕES A PARTIR DE UM PEN-DRIVE DIRETO NO PROJETO (SEM O USO DE PC); O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.. COMPLEMENTO: KIT PROJETO + TELA Composição do Kit: 01 Projeto e 01 Tela de Projeção. - Especificação conforme Termo de Referência;				
06	COMPUTADOR CORPORATIVO - COTA RESERVADA - Especificação conforme Termo de Referência;	UN	12	R\$ 6.500,00	R\$ 78.000,00
COTA PRINCIPAL					
07	COMPUTADOR CORPORATIVO - COTA PRINCIPAL - Especificação conforme Termo de Referência;	UN	28	R\$ 6.500,00	R\$ 182.000,00

Observações:

1.2. Os produtos deverão ser cotados e fornecidos de acordo com a Descrição Técnica mínima exigida no Termo de Referência;

1.3. Sempre que necessário, devem ser fornecidos junto com os equipamentos, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo.

1.4. O fabricante deverá possuir site na internet para downloads de drivers, firmware e dos softwares originais, instalados de fábrica;

1.5. Os equipamentos serão entregues com todos seus componentes configurados, atendendo às exigências citadas na Descrição Técnica mínima exigida no Termo de Referência; (itens 06 e 07)

1.6. A documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original devem estar disponíveis em site do fabricante; (itens 06 e 07)

1.7. Deverá vir acompanhado junto ao equipamento documentação técnica em português, referente à instalação, operação e manutenção dos equipamentos e documentação técnica em português, referente à instalação e operação do software que acompanhar o produto; (itens 06 e 07)

1.8. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens 01, 02, 03, 04 e 05, e garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os itens 06 e 07, com atendimento no local da instalação.

1.9. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos contados da data de emissão do empenho orçamentário, em remessa única.

1.9.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

1.10. Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Garibaldi, localizada na Rua Júlio de Castilhos, 254, Bairro Centro, Garibaldi/RS.

1.11. O prazo de garantia será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

2 – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- 2.1.** O edital será publicado, no sítio eletrônico, no máximo, até o dia 12 de abril de 2024;
2.2. A data e hora limite para recebimento de propostas nos termos exigidos no edital é 30 de abril de 2024, às 08h29min;
2.3. A abertura das propostas ocorrerá no dia 30 de abril de 2024, às 08hrs30min;
2.4. A disputa terá início no dia 30 de abril de 2024, às 09hrs;
2.5. O endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br;
2.6. Sítio eletrônico da sessão: www.pregaobanrisul.com.br.
2.7. Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3 – DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá buscar informações a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br, e pelo telefone (51) 3288-1160.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente edital, devendo:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. As informações acerca do andamento do processo licitatório serão encaminhadas pela Pregoeira, via chat, ficando a cargo do licitante a responsabilidade pelo acompanhamento.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

f) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

i) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.4.1. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 3.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "g" e "i" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.4.4. O disposto nas alíneas "g" e "i" não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.5. A participação de pessoa jurídica em consórcio no presente processo licitatório fica condicionada ao atendimento dos requisitos do art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da presente licitação, desde que:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado.

d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4- DO MODO DE DISPUTA

4.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

4.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **10 (dez) minutos**, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

4.2.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.3. Encerrado o prazo do item 4.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.4. Encerrada a recepção dos lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

4.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

4.6. Na hipótese do sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.garibaldi.rs.gov.br.

4.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Os documentos de habilitação serão solicitados pelo pregoeiro ao vencedor, concedendo prazo de 02 (duas) horas para que sejam anexados no sistema após a finalização da etapa dos lances e após inserção e ajustes da proposta final.

5.3. O licitante deverá declarar, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

5.3.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, como condição para aplicação do disposto no item 9, deste edital.

5.3.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.4. Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

OBSERVAÇÃO 01: A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da Lei 147/2014, deverá assinalar em campo próprio do Sistema Pregão Eletrônico Banrisul quando da inclusão das propostas no sistema.

5.4. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

5.5. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.5.1. DECLARAÇÕES (MODELO DO ANEXO II):

a) Declaração de Idoneidade;

b) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;

c) Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

d) Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

e) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- f)** Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- h)** Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Indicação do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova, indicando a diretoria em exercício;
- c) Registro Comercial no caso de empresa individual.

5.5.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b)** Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (**Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**).
- c)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede ou domicílio do Licitante.
- e)** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS) e seguridade social.
- f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).
- g)** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade em vigor.
- a.1)** Caso a certidão não possua prazo de validade, será considerada vigente aquela com até 90 dias de emissão, a contar da data de expedição.

5.6. A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no subitem **5.5.3.** deste edital, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

5.6.1. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.6.2. O prazo de que trata o item **5.6** poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.6.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item **5.6.2**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.8. A documentação deverá ser apresentada na sua forma original ou por cópia autenticada, com exceção da documentação eletrônica, que possui autenticação do site oficial.

5.9. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.10. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

5.11. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em **sessenta** (60) dias, deverá ser registrada no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo III**. Também deverá conter:

a) Razão social da empresa;

b) Preço unitário e total do item, até duas casas após a vírgula, em moeda nacional, devendo estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, as quais correrão por conta da licitante vencedora.

c) Informação de marca e modelo ofertada que deverá ser observada na entrega.

d) Informação do fabricante do produto.

e) Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com a especificação do Termo de Referência;

f) Indicação do prazo de garantia do produto, de acordo com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como, com preços superestimados ou inexequíveis, ou superiores ao estimado pela Administração.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, exceto em caso de erro grosseiro, questão que será avaliada pelo pregoeiro.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item **3.3.** deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que:

e) Contiver vícios insanáveis;

f) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

g) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

h) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

i) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.1.1. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.1.2. No caso de bens e serviços em geral, a Administração considerará indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, facultando ao Pregoeiro diligenciar, conforme item 8.3.

8.1.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.3.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.4. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.6. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

do sistema eletrônico.

8.7. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.8.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.8.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.8.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 01 (um) minuto, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.9. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será determinado previamente via sistema.

8.11. Na licitação para registro de preços não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

8.12. Somente serão considerados válidos os lances dos licitantes que forem inseridos na "sala de disputa", não sendo considerados outros meios, tais como chat do sistema, e-mail, etc.

8.13. Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica estabelecida **cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** do total do quantitativo estimado da licitação.

8.14. Na hipótese de uma mesma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo preço da cota de menor valor.

8.15. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

8.16. Fica assegurado o direito da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a **cota principal**, inclusive com a aplicação da regra do empate ficto previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, procedendo-se nos mesmos moldes do item 8 deste Edital.

9 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias da referida Lei.

9.1.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase da proposta e encerrados os lances.

9.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item **9.1.1** deste edital, a apresentação de nova proposta, no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

9.3. Se não houver licitante que atenda ao item 9.2. e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 4.172, de 1º de setembro de 2023;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10 – NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.1. A negociação será encerrada após transcorridos 15 (quinze) minutos da sua abertura, exceto se as partes entrarem em acordo antes desse período.

10.2. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.3. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.4. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por decisão do pregoeiro, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

10.5. Será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que a cotação seja em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

10.7. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

10.7.1. A critério do pregoeiro, o prazo supramencionado, poderá ser prorrogado, uma única vez, em até 120 (cento e vinte) minutos;

11 – DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, caso entenda necessário, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

seguintes cadastros:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

11.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.2. Os documentos de habilitação, de que trata o item 5.5, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2.1. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

11.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.7. Caso a licitação dependa da verificação da Planilha de Custos, a sessão será suspensa para análise pela secretaria competente para, após, ser adjudicada.

11.8.1. Nesse caso, a empresa vencedora, declarada na fase dos lances, deverá apresentar ao pregoeiro, em até 48 horas contados da realização do certame, uma planilha de custos detalhada, conforme modelo em anexo, com todos os valores unitários e total. A planilha será encaminhada para a Secretaria competente para análise dos valores e o certame ficará suspenso para posterior adjudicação.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E IMPUGNAÇÕES

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 10 (dez) minutos, encerrado este prazo automaticamente pelo sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação motivada do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.2.1. O recurso deverá versar sobre:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação.

12.2.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item **12.2.1** do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

b) A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.5. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6. A impugnação ao edital de licitação deve ser protocolada em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.6.1. A impugnação deverá ser encaminhada ao e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, o qual servirá como protocolo oficial.

12.6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão encaminhadas para o endereço eletrônico da impugnante e divulgadas no sítio eletrônico da Administração.

12.7. Os recursos, impugnações e contrarrazões interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. A licitante poderá encaminhar pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

13 – DO ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado da licitação, a Administração, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinarem a Ata de Registro de Preços.

14.1.1. O extrato da Ata de Registro de Preços será publicado de acordo com o Decreto Municipal nº 4.765/2023.

14.1.2. Serão também registrados os fornecedores que aceitarem fornecer o bem ou prestar o serviço em preço igual ao licitante vencedor.

14.2. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

14.3. A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, desde que devidamente motivada.

14.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b)** não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- c)** sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do objeto, desde que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

14.6. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados e reajustados em conformidade com as modificações ocorridas, devendo estas ser efetivamente demonstradas.

14.6.1. Na hipótese prevista no item 14.6, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

14.6.2. O disposto no item 14.6 aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6.3. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

14.6.4. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, mediante solicitação à Administração Municipal, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes, etc.

14.6.5. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

14.6.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

14.6.7. O pedido de reequilíbrio somente será analisado pela Administração Pública após a inequívoca comprovação da ocorrência do fato gerador que ensejou o alegado desequilíbrio no fluxo financeiro da REGISTRADA.

14.6.8. Considerando-se que o equilíbrio exigido na relação contratual envolve uma contraposição entre encargos e vantagens, não serão concedidos reequilíbrios que ensejem impacto irrisório à Administração.

14.6.9. A base de cálculo do reajuste anual será o valor da proposta financeira apresentada, com o acréscimo, se houver, de eventuais correções inflacionárias decorrentes do decurso de prazo contratual, sendo descontada a porcentagem dos reequilíbrios concedidos durante a contratação.

15 – DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO

15.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos contados da data de emissão do empenho orçamentário, em remessa única.

15.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

15.3. O prazo supramencionado poderá ser prorrogado por igual período, **uma única vez**, mediante justificativa a ser apresentada pela licitante vencedora e analisada pela secretaria, sendo que o prazo pode ser prorrogado ou não.

15.4. Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Garibaldi, localizada na Rua Júlio de Castilhos, 254, Bairro Centro, Garibaldi/RS.

15.5. Se dentro do prazo, o convocado não efetuar a entrega, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para execução do fornecimento em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.6. Os produtos deverão ser entregues pela Contratada rigorosamente conforme exigido neste edital e seus anexos.

15.7. A aceitação do objeto somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, pela fiscalização do(s) contrato(s), ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em parte ou integralmente, em tempo hábil, sempre que ocorrerem falhas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

15.8. Caso o(s) produto(s) não esteja(m) de acordo com as especificações solicitadas, o(s) mesmo(s) será(ão) recusado(s), cabendo à CONTRATADA substituí-lo(s) no prazo máximo de 2 (duas) horas, por outro(s) que atenda(m) ao solicitado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

16 – DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados, até o 30º (trigésimo) dia após a comprovação da entrega do produto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal atestado pelo fiscal, conforme Calendário de Pagamentos à Fornecedores, correndo a despesa na:

Órgão 03 - Secretaria Municipal da Administração
Unidade 01 - Secretaria Municipal da Administração
04.122.0004.2004 - Manutenção dos Serviços da SMA
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente (320)
4.4.90.52 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação (32001)
4.4.90.52 – Equipamentos de T.I.C - Computadores (32002)
4.4.90.52 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto (32003)
4.4.90.52 – Equipamentos de T.I.C – Ativos de Rede (32014)
4.4.90.52 – Equipamentos de T.I.C – Impressoras (32018)

16.2. A forma de pagamento será por meio de crédito em conta bancária, devendo a contratada informar banco, agência, operação e número da conta bancária em nome da contratada, ou através de boleto de cobrança bancária.

a) Quando a cobrança ocorrer por boleto, o mesmo somente poderá ser emitido com código de barra padrão FEBRABAN com vencimento apresentação.

16.3. Caso o objeto do certame seja passível de retenção de imposto, conforme IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/09, a contratada ficará sujeita à aplicação desta.

16.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16.5. Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base no percentual acumulado do IPCA, referente aos últimos 12 meses apurados.

17 – DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Das obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local conforme demanda solicitada pela Prefeitura, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) Prestar assistência técnica e garanti a dos produtos, no que couber;

c) Fornecer os bens adquiridos que atendam integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência;

d) orientar tecnicamente os responsáveis pela entrega dos bens adquiridos, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

e) O prazo para pagamento ao contratado de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

f) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

g) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

h) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.2. Das obrigações da CONTRATANTE:

a) Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela licitante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- b) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) Fiscalizar a execução do objeto do contrato por meio de servidor designado;

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) Não assinar a ata de registro de preços, **se for o caso.**

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) multa, a ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1.
- c) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "l" e m do item 18.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c do item 18.2, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- e) multa de 2% sobre o valor total do contrato, além das penalidades já utilizadas e previstas na legislação, em caso de descumprimento de normas trabalhistas.
- f) No caso da alínea "n", suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado.

18.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 18.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção estabelecida na alínea "d" do item 18.2 será precedida de análise jurídica e observará e será aplicada pela autoridade máxima municipal;

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.7. Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2 do presente Edital dependerá de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.8.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.8.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.10. Sobrevindo aplicação de nova penalidade no curso do período das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2 deste edital, será somado ao período remanescente o fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

18.10.1. Na soma envolvendo sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado poderá ficar proibido de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

18.10.2. Para o cálculo da soma contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no item 18.10.1 deste edital, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

18.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.11.1. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante e ao contratado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas ao Setor de Licitações, sito na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, pelo telefone (54) 3462-8228 ou através do e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, no horário compreendido entre as 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para abertura do certame.

19.2. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

19.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

19.4. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor do Município, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

informatizados (Internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados e de sua validade, pela Administração.

19.5 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

19.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.7. A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

19.8. Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.10. Este edital está à disposição dos interessados no horário das 8 horas às 11 horas e 30 minutos e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de Garibaldi, na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, telefone (54) 3462-8228, ou, no site www.garibaldi.rs.gov.br.

19.11. São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

19.12. Será emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do Artigo 95, da Lei nº 14.133/21.

19.12. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Garibaldi, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Garibaldi, 09 de abril de 2024.

EDUARDO ARTUR MOMBACH
Secretário Municipal de Administração

JÉSSICA PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Compras e Licitações

Com exceção do "objeto", sobre o qual está Assessoria Jurídica não possui conhecimento técnico para se manifestar, este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria.

Emiliano Romagna - OAB/RS 73.407
Assessor Jurídico
Procuradoria Geral do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O I – MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO Nº ____/2024

CREDENCIAMENTO

CREDENCIADO

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão: _____

Nº da Identidade: _____ CPF: _____

E-mail: _____

EMPRESA CREDENCIADORA

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF: _____ Inscrição Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDENCIADO acima qualificado, para seu representante na licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº __, promovida pelo Município de Garibaldi, conferindo-lhe todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 4.765/2023, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, ofertar lances, protestar, ingressar com manifestação de recursos, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos oriundos daquele certame licitatório.

_____ de ____ de _____.

NOME DO RESPONSÁVEL EMPRESA CREDENCIADORA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO Nº ____/2024

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ/MF/Nº _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº ____, que a Empresa por mim apresentada:

() não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.

() não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

() cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

() está em observância ao limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

() apresenta proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

() não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos limites previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

() não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

Ressalva CASO EMPREGUE MENOR: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL: _____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA:

NOME:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº ____/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa _____

Endereço _____

CNPJ/MF/Nº _____ Insc.Estadual: _____

Fone/Fax _____ e-mail: _____

Data da abertura: **30 DE ABRIL DE 2024** Horário: **08 horas e 30 minutos**

Conta Bancária para depósito para pagamento em caso de ser vencedor:

Banco _____ Nº Agência _____ Nº Conta nº _____

Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade **Pregão Eletrônico nº ____/2024**, apresentando a seguinte proposta financeira, para fornecimento do seguinte serviço:

1.1. Constitui-se como objeto da presente licitação o registro de preços para a aquisição de equipamentos de informática, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

COTA RESERVADA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SCANNER PLANETÁRIO PARA DIGITALIZAÇÃO – Especificação conforme Termo de Referência;	UN	01			
02	SWITCH 24 PORTAS – Especificação conforme Termo de Referência;	UN	02			
03	TELEFONE DE MESA COM FIO. TELEFONE VOIP – Especificação conforme Termo de Referência;	UN	100			
04	TELEFONE SEM FIO - KIT BASE VOIP SEM FIO. Composição do Kit: 05 Telefones Sem Fio e 01 Base DECT - Especificação conforme Termo de Referência;	UN	15			
05	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) - DEVE ESTAR EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE, DEVE POSSUIR TECNOLOGIA LCD COM MATRIZ ATIVA TFT COM 16 MILHÕES DE CORES; RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA DE 1024 X 768 E COMPATIBILIDADE 16:9; DEVE POSSUIR INTERFACES DE COMUNICAÇÃO, SENDO 01 (UMA) VGA E 01 (UMA) HDMI; DEVE POSSUIR ENTRADA USB; LUMINOSIDADE MÍNIMA DE 2500 LUMENS; ALTO-FALANTE INTEGRADO NO PROJETO COM O MÍNIMO DE 1W DE POTÊNCIA; ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA 100-120V, 220-240V; CONTROLE REMOTO IR, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO VGA; MANUAL DO USUÁRIO; SUPORTA APRESENTAÇÕES A PARTIR DE UM PEN-DRIVE DIRETO NO PROJETO (SEM O USO DE PC); O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.. COMPLEMENTO: KIT PROJETO + TELA Composição do Kit: 01 Projetor e 01 Tela de Projeção. - Especificação conforme Termo de	UN	01			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

	Referência;					
06	COMPUTADOR CORPORATIVO - COTA RESERVADA - Especificação conforme Termo de Referência;	UN	12			
COTA PRINCIPAL						
07	COMPUTADOR CORPORATIVO - COTA PRINCIPAL - Especificação conforme Termo de Referência;	UN	28			

Observações:

1.2. Os produtos deverão ser cotados e fornecidos de acordo com a Descrição Técnica mínima exigida no Termo de Referência;

1.3. Sempre que necessário, devem ser fornecidos junto com os equipamentos, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo.

1.4. O fabricante deverá possuir site na internet para downloads de drivers, firmware e dos softwares originais, instalados de fábrica;

1.5. Os equipamentos serão entregues com todos seus componentes configurados, atendendo às exigências citadas na Descrição Técnica mínima exigida no Termo de Referência; (itens 06 e 07)

1.6. A documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original devem estar disponíveis em site do fabricante; (itens 06 e 07)

1.7. Deverá vir acompanhado junto ao equipamento documentação técnica em português, referente à instalação, operação e manutenção dos equipamentos e documentação técnica em português, referente à instalação e operação do software que acompanhar o produto; (itens 06 e 07)

1.8. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens 01, 02, 03, 04 e 05, e garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os itens 06 e 07, com atendimento no local da instalação.

1.9. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos contados da data de emissão do empenho orçamentário, em remessa única.

1.9.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

1.10. Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Garibaldi, localizada na Rua Júlio de Castilhos, 254, Bairro Centro, Garibaldi/RS.

1.11. O prazo de garantia será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

O município de Garibaldi é optante de assinaturas digitais, entretanto, a assinatura deve ser em nome de pessoa física, qualificada como representante legal (via procuração) ou sócio-administrador da empresa e, deve atender as especificações contidas no Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Caso a empresa seja optante de assinatura digital, favor informar o responsável legal, CPF e-mail para envio da documentação:

Nome: _____ CPF: _____ E-mail: _____

Validade da Proposta: 60 dias

Local: _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Nome do Responsável: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

**A N E X O IV – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023**

Aos ... dias do mês de de dois mil e vinte, às horas, reuniram-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a seleção de propostas para registro de preços para Fornecimento de, conforme descrito nos itens..... do Edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Participaram do certame as empresas: Conferidos os documentos apresentados para tanto, as empresas participantes restaram credenciadas.

Foi recebida a proposta de preços e os documentos de habilitação. Verificada a proposta de preços, e tendo concluído que apresenta condições positivas de classificação, eis que os preços ofertados situaram-se dentre aqueles vigentes no mercado para idênticas condições de fornecimento, segundo a pesquisa informativa que se realizou, o Pregoeiro decidiu pela abertura do momento de lances conforme planilha anexa.

Encerrada a fase de lances, considerando o valor unitário por item, foram declarados vencedores os seguintes licitantes:

para o item 01 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

para o item 02 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

para o item 03 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

O relatório de lances ofertados para cada item, contendo a classificação dos demais participantes, encontra-se em anexo ao processo de licitação, sendo rubricado por todos.

Após a fase das propostas e lances foram conferidos os documentos de habilitação. Foram habilitadas as empresas:

Adjudica-se à empresa vencedora:, o objeto constante nos lotes/itensdo edital;, o objeto constante nos lotes/itens do edital;o objeto constante nos lotes/itens do edital.

Foi concedido prazo para recurso, não havendo manifestação de interposição do mesmo. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a presente sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes. Encaminha-se à Assessoria Jurídica todo o processo para análise dos documentos e procedimentos adotados por mim pregoeiro e equipe de apoio para, posterior homologação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O V – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº ____/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1700

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

COTA RESERVADA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANTIDADE
01	SCANNER PLANETÁRIO PARA DIGITALIZAÇÃO 1. LED com difusor de alta luminosidade e baixo consumo, garantindo os requisitos em várias condições. 2. Sensor CMOS de no mínimo 16 Mega Pixels com alta resolução atuando com lentes de ajuste de luz, nitidez e cor, permitindo imagens coloridas de alta definição e qualidade otimizada. 3. Tela LCD de alta definição com 2.1pol, para pré-visualização da figura digitalizada sem necessidade de conexão externa a PCs. 4. Algoritmo de correção de curvas, de distorção, de pegadas digitais de leitores e de outras pequenas falhas comuns a livros usados e/ou na prática da digitalização. Especificações: 1. Sensor de imagem de 16MP. 2. Permite resolução Ultra HD até 4608 x 3456 pixels. 3. Lentes de foco automático. 4. Até 30 fps de captura instantânea de vídeo (em HD). 5. Interface USB 2.0 Video Class (UVC). 6. Possibilidade de digitalizar área tamanho A3.	un	1
02	SWITCH CORE I. CONECTIVIDADE Deve possuir no mínimo 24 portas ópticas 10G SFP+ para instalação de transceptores SFP+ SR, SFP+ LR, SFP+ DAC e SFP+ OAC diretamente no chassi; Deve possuir no mínimo 6 portas 40G/100G SFP28 para instalação de transceptores QSFP+ SR4, QSFP28 SR4, QSFP+ LR4, QSFP28 LR4, QSFP+ DAC e QSFP28+ DAC diretamente no chassi; As portas 10G SFP+ deverão suportar padrão IEEE 802.3ae e IEEE 802.3z; Deve permitir empilhamento de até 9 unidades através das portas SFP28 ou QSFP com velocidade não inferior a 200GB entre equipamentos do mesmo modelo.; Deve possuir LEDs indicadores de velocidade e atividade para cada porta RJ45 do equipamento; Possuir porta de console com conector RJ-45 ou DB9 macho; Possuir porta ethernet para gerenciamento out-of-band; II. CONTROLE Deve suportar Jumbo Frames de até 9K; Deve implementar 4K VLANs ativas segundo o protocolo IEEE 802.1Q; Deve possibilitar atribuição de VLAN baseada em endereço MAC ou subnet IP; Deve suportar regras de ACL; Deve suportar implementação de Voice VLANs; Deve implementar suporte a QinQ; Possuir no mínimo oito filas em hardware para priorização de tráfego por porta; Implementar QoS com base no protocolo 802.1p CoS, DSCP; Deve implementar IGMP Snooping v1, v2 e v3; Deve implementar o gerenciamento de banda; Deve implementar os mecanismos de controle de fila: SP (Strict Priority) ou PQ(Priority Queuing) ou WRR (Weighted Round Robin) por porta; Deve permitir accounting com RADIUS ou TACACS+ ou HWTACACS; III. DISPONIBILIDADE Implementar o protocolo Spanning Tree (802.1D); Implementar o protocolo Rapid Spanning Tree (802.3w); Deve implementar o protocolo Multiple Spanning Tree (802.1s); Deve implementar o protocolo ITU-T G.8032 (ERPS); Deve suportar detecção automática de loopback; Deve implementar BPDU Guard; Deve implementar ROOT Guard; Deve suportar padrão LACP. IV. GERENCIAMENTO Deve possuir suporte a pilha dupla IPv4/IPv6; Deve suportar gerenciamento SNMP v1, v2 e v3; Deve permitir configuração dos parâmetros IP através de serviço DHCP Cliente; Deve permitir acesso a console via Telnet, SSHv2, HTTP ou HTTPS; Deve suportar o protocolo LLDP (IEEE 802.1ab); Deve permitir a atualização de firmware através de	un	2

	<p>um dos métodos: TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS; Deve permitir salvar múltiplas configurações e exportar para um computador local (backup) via TFTP; Deve suportar espelhamento de tráfego; Deve suportar NetFlow ou Netstream; Deve implementar ICMP; Deve implementar IPv6 Neighbor Discovery; Deve suportar SNMP; Deve suportar HTTP ; Deve suportar acesso telnet; Deve suportar NTP ou SNTP ; Deve implementar mecanismos de Telemetria; Suporte a armazenamentode mensagens geradas pelo sistema em servidor padrão syslog externo; Deve possuir uma porta serial de console para o gerenciamento e configuração do equipamento;</p> <p>V. FUNCIONALIDADES L3 (CAMADA 3)</p> <p>Deve prover roteamento IP; Deve suportar tabela de roteamento; Deve suportar no mínimo 250 mil rotas IPv4; Deve suportar no mínimo 80 mil rotas IPv6; Deve suportar rotas multicast; Deve suportar a manutenção da tabela de rotas através dos protocolos RIP, RIPv2, OSPF e BGP4+; Deve suportar a implementação de VRRP; Deve suportar a implementação de MPLS;</p> <p>VI. DESEMPENHO</p> <p>Deve possuir capacidade de vazão(switching) de ao menos 1.68 Tbps; Deve chavear no mínimo 490 Mpps; Tabela de endereços MAC com capacidade para no mínimo 384 mil endereços;</p> <p>VII. PADRONIZAÇÃO</p> <p>Deve ser compatível com os seguintes padrões: IEEE 802.1D (STP);IEEE 802.1p (COS);IEEE 802.1Q (VLAN);IEEE 802.1s (MSTP);IEEE 802.1w (RSTP);IEEE 802.1X (Security);IEEE 802.3ab (1000BASE-T);IEEE 802.3ad (Link aggregation);IEEE 802.3x (Flow control);IEEE 802.3z (Gigabit);IEEE 802.1AB (Link Layer Discovery Protocol);</p> <p>VIII. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>Deve possuir fonte de alimentação interna operando em tensões de 100 a 240 V e em frequências de 50 a 60 Hz automaticamente; Deve suportar módulo adicional de fonte de alimentação operando em tensões de 100 a 240 V e em frequências de 50 a 60 Hz automaticamente; Deve vir acompanhado do kit de suporte específico para montagem em Rack de 19; O equipamento deverá ocupar uma unidade de rack; Possuir homologação junto à ANATEL; Deve acompanhar 10 módulos 10GBASE-SR SFP+ 850nm 300m Duplex LC MMF; Deve acompanhar 4 módulos 1000BASE-T Gigabit RJ-45 SFP Transceiver Copper Module;</p>		
03	<p>TELEFONE VOIP</p> <p>Telefone VOIP com fio com as seguintes especificações mínimas: Display monocromático com tamanho mínimo de 128x32 pixel; Codecs suportados: G711A, G711U, G722, G.726 e G.729A/B; Tecla dedicada para realização de conferência; Tecla Menu para acesso as configurações básicas do terminal; Teclas para correio de voz², sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset, todas com sinalização por LED; Teclas para ajuste de volume de áudio e campainha, flash e rediscar; Sinalização de campainha por LED; Suporte a QoS; Suporte a VLAN (802.1Q); Capacidade para registro em servidor primário e secundário01 Interface WAN 10/100 Base-T (RJ45); 01 Interface LAN 10/100 Base-T (RJ45); Configurável via navegador web e display do equipamento; Protocolos de sinalização: IP, TCP, UDP, LLDP, ARP, HTTP, HTTPS cliente DHCP,cliente DNS, VLAN 802.1q, NTP (Network Time Protocol), RTP (Real TimeProtocol) e RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP, SIPS (suporte a segurança dechamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado; Alimentação Bi-Volt com suporte a PoE;</p>	un	100
04	<p>KIT BASE VOIP SEM FIO</p> <p>Composição do Kit: 05 Telefones Sem Fio e 01 Base DECTUnidade Telefone Sem Fio DECT: Padrão de telefonia: DECT; Faixas de frequência: 1910 – 1920 MHz; Número de canais: 5; Alcance: até 300 metros ao ar livre e 50 metros em local fechado; Display LCD TFT colorido de 1,8 pol (128x160); Teclas exclusivas para as funções ENVIAR, DESLIGAR, VIVA-VOZ e SILENCIAR; Codecs suportados: G722 , G.726, AEC, AGC, redução de ruído ambiente; Segurança: autenticação e criptografia DECT; Alimentação: entrada bivolt (100-240 VCA) 50/60 Hz; Baterias: AAA recarregáveis de Ni-MH de 800 mAh – capacidade mínima de 20 horas de conversa;</p>	un	15

05	<p>KIT PROJETOR + TELA Composição do Kit: 01 Projetor e 01 Tela de Projeção Sistema de projeção: 3LCD; Resolução nativa: XGA 1024x768; Brilho (branco/color): 3,400 lumens; Razão de aspecto: 4:3 Redimensionamento: 1280 x 800 (WXGA), 1280 x 960 (SXGA2), 1280 x 1024 (SXGA3) 1366 x 768 (WXGA60-3), 1400 x 1050 (SXGA+), 1440 x 900 (WXGA+); Duração prevista da lâmpada: Modo econômico até 12 horas, Modo normal até 6.000 horas; Alcance Throw Ratio: 1.44 (Zoom: Wide), 1.95 (Zoom: Tele) Distância de projeção/tamanho da tela: 30" até 350" (0,87m até 10,34 m); Ajuste de projeção (Keystone): Automático Vertical: ± 30 graus, Slider Horizontal ± 30 graus; Conectividade (Interface): 1x USB Type-B, 1x HDMI, 2x Computer/Component, 1x Video, 1x RS-232c, 1x Monitor Out Audio 1 & 2 Audio R & L 1x Audio Out; Razão de contraste: até 15,000:1; Reprodução de cores: até 1.07 bilhão de cores; Lente de projeção: Ajuste manual de foco, F-1.44, tamanho 16,7mm e zoom digital 1,0 – 1,35; Tela de projeção com dimensões mínimas de 1,80m x 1,80m contendo tripé paraafixação em locais apropriados com ajuste de altura;</p>	un	1
06	<p>COMPUTADOR CORPORATIVO Computadores para uso administrativo com as seguintes especificações mínimas: III. PROCESSADOR Integrante da geração mais recente disponibilizada pelo fabricante do COMPUTADOR, ou lançado à partir do ano de 2023. Performance mínima de 13.000 (treze mil) pontos, no Performance Test da Passmark® Software; o desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. Consulta efetuada em 29/01/2024. Será aceito variação de até 3%, para menos na pontuação, devido a volatilidade no ranking de processadores da Passmark®; IV. MEMÓRIA 16 GB de memória instalada, DDR4 3.200 Mhz ou superior; V. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO Deve conter 1 (uma) unidade de disco interna, com capacidade mínima de 256 GB SSD M.2 NVMe®; VI. PLACA PRINCIPAL A placa mãe deve ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, com o nome serigrafado, não sendo aceito placas de livre comercialização; BIOS desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos de copyright sobre o mesmo, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas; Deverá possuir 2 x Slots SO-DIMM, DDR4 2.666 MHz ou superior; No mínimo 6 (seis) interfaces USB nativas sendo ao menos 3 portas no padrão USB 2.0 e 2 portas no padrão USB 3.2; Deverá possuir interfaces de expansão M.2; Deverá possuir duas saídas de vídeo podendo ser no padrão HDMI e/ou DISPLAYPORT; Controlador de Rede Ethernet Gigabit; Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia;01 Autofalante 1.5W; VII. MONITOR DE VIDEO LED Tela de no mínimo 21,5" polegadas; Deverá possuir entrada digital DisplayPort ou HDMI; Deverá possuir ajuste de altura; Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento; VIII. MONTAGEM DO COMPUTADOR Montagem original do fabricante utilizando suporte padrão VESA para acoplamento do gabinete ao monitor; IX. PERIFÉRICOS Teclado padrão ABNT-2; Mouse óptico ou laser; Os periféricos devem ter conexão USB e ser de cor e tonalidade predominantes iguais às do equipamento ofertado e da mesma marca do fabricante do equipamento; X. GABINETE Padrão Mini com no mínimo de 2 (duas) portas USB frontais; Tamanho máximo: 184 x 40 x 184 mm; XI. ALIMENTAÇÃO</p>	un	12

	<p>Fonte de alimentação com faixa de operação de 100/240V- bivolt automático, com potência suficiente para o pleno funcionamento do equipamento e seus recursos. Deverá possuir no mínimo 87% de eficiência. Deve estar em conformidade com o padrão ENERGY STAR. Cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do computador devem ser fornecidos conjuntamente. O cabo de energia deve atender ao padrão NBR 14136; Deve acompanhar estabilizador com entrada Bi-volt e potência mínima de 500VA;</p> <p>XII. SOFTWARES</p> <p>Deve acompanhar o equipamento uma licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 na versão profissional no idioma Português BR, pré instalado pelo fabricante;</p> <p>Deve acompanhar o equipamento, licença de acesso de cliente (CAL) por dispositivo para utilização em domínio com Windows Server 2022 ou superior. O licenciamento deve ser vinculado à conta Microsoft ti@garibaldirsgovbr.onmicrosoft.com - id: 9b6267bf-4468-43bb-82f6- 5d3ad8a654a1;</p> <p>O ticket ou recibo do licenciamento junto à Microsoft deve ser enviado juntamente com a nota fiscal do equipamento para comprovação da vinculação junto a conta Microsoft;</p> <p>XI. DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÕES</p> <p>Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;</p> <p>O Fabricante deverá possuir site na internet para downloads de drivers e dos softwares originais instalados de fábrica;</p> <p>O equipamento deverá, comprovadamente, pertencer à linha corporativa, não sendo aceitos equipamentos destinados ao uso doméstico;</p> <p>Os equipamentos serão entregues com todos os seus componentes configurados, atendendo às exigências citadas;</p> <p>Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original devem estar disponíveis em site do fabricante;</p> <p>O fabricante deve ser registrado na "MembershipList" do UnifiedExtensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uefi.org/members, estando na categoria "Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior;</p> <p>XII. GARANTIA</p> <p>Os equipamentos devem possuir garantia padrão ofertado pelo fabricante por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses com mão-de-obra de assistência técnica e suporte, com serviço de suporte no local ON SITE para reposição e reparo de peças danificadas por problemas de fabricação;</p> <p>A garantia deve ser do fabricante do equipamento e realizada por técnico capacitado e certificado pelo fabricante;</p> <p>O fabricante deve possuir Central de Atendimento (tipo 0800) e website para abertura dos chamados de garantia capazes de executar tarefas de troubleshooting e resolver problemas durante o próprio atendimento, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;</p> <p>A empresa fornecedora do equipamento deverá prover assistência técnica no local onde esteja instalado o equipamento dentro do território sem qualquer ônus adicional por deslocamento;</p> <p>Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema;</p> <p>Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor e prática a partir da data de comercialização dos equipamentos;</p> <p>Não serão aceitas adaptações no equipamento, adição de componentes não originais do fabricante;</p> <p>XIII. CPU, monitor de vídeo, teclado e mouse, deverão ser todos do mesmo fabricante.</p>		
COTA PRINCIPAL			
07	<p>COMPUTADOR CORPORATIVO</p> <p>Computadores para uso administrativo com as seguintes especificações mínimas:</p> <p>XIV. PROCESSADOR</p> <p>Integrante da geração mais recente disponibilizada pelo fabricante do COMPUTADOR, ou lançado a partir do ano de 2023.</p> <p>Performance mínima de 13.000 (treze mil) pontos, no Performance Test da Passmark® Software; o desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. Consulta efetuada em 29/01/2024. Será aceito variação de até 3%, para menos na pontuação, devido a volatilidade no ranking de processadores da Passmark®;</p> <p>XV. MEMÓRIA</p> <p>16 GB de memória instalada, DDR4 3.200 Mhz ou superior;</p> <p>XVI. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve conter 1 (uma) unidade de disco interna, com capacidade mínima de 256 GB</p>	un	28

<p>SSD M.2 NVMe®;</p> <p>XVII. PLACA PRINCIPAL A placa mãe deve ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, com o nome serigrafado, não sendo aceito placas de livre comercialização; BIOS desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos de copyright sobre o mesmo, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas; Deverá possuir 2 x Slots SO-DIMM, DDR4 2.666 MHz ou superior; No mínimo 6 (seis) interfaces USB nativas sendo ao menos 3 portas no padrão USB 2.0 e 2 portas no padrão USB 3.2; Deverá possuir interfaces de expansão M.2; Deverá possuir duas saídas de vídeo podendo ser no padrão HDMI e/ou DISPLAYPORT; Controlador de Rede Ethernet Gigabit; Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia;01 Autofalante 1.5W;</p> <p>XVIII. MONITOR DE VIDEO LED Tela de no mínimo 21,5" polegadas; Deverá possuir entrada digital DisplayPort ou HDMI; Deverá possuir ajuste de altura; Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento;</p> <p>XIX. MONTAGEM DO COMPUTADOR Montagem original do fabricante utilizando suporte padrão VESA para acoplamento do gabinete ao monitor;</p> <p>XX. PERIFÉRICOS Teclado padrão ABNT-2; Mouse óptico ou laser; Os periféricos devem ter conexão USB e ser de cor e tonalidade predominantes iguais às do equipamento ofertado e da mesma marca do fabricante do equipamento;</p> <p>XXI. GABINETE Padrão Mini com no mínimo de 2 (duas) portas USB frontais; Tamanho máximo: 184 x 40 x 184 mm;</p> <p>XXII. ALIMENTAÇÃO Fonte de alimentação com faixa de operação de 100/240V- bivolt automático, com potência suficiente para o pleno funcionamento do equipamento e seus recursos. Deverá possuir no mínimo 87% de eficiência. Deve estar em conformidade com o padrão ENERGY STAR. Cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do computador devem ser fornecidos conjuntamente. O cabo de energia deve atender ao padrão NBR 14136; Deve acompanhar estabilizador com entrada Bi-volt e potência mínima de500VA;</p> <p>XXIII. SOFTWARES Deve acompanhar o equipamento uma licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 na versão profissional no idioma Português BR, pré instalado pelo fabricante; Deve acompanhar o equipamento, licença de acesso de cliente (CAL) por dispositivo para utilização em domínio com Windows Server 2022 ou superior. O licenciamento deve ser vinculado à conta Microsoft ti@garibaldirsgovbr.onmicrosoft.com – id: 9b6267bf-4468-43bb-82f6- 5d3ad8a654a1; O ticket ou recibo do licenciamento junto à Microsoft deve ser enviado juntamente com a nota fiscal do equipamento para comprovação da vinculação junto a conta Microsoft;</p> <p>XI. DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÕES Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo; O Fabricante devera possuir site na internet para downloads de drivers e dos softwares originais instalados de fábrica; O equipamento deverá, comprovadamente, pertencer à linha corporativa, não sendo aceitos equipamentos destinados ao uso doméstico; Os equipamentos serão entregues com todos os seus componentes configurados, atendendo às exigências citadas; Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original devem estar disponíveis em site do fabricante; O fabricante deve ser registrado na "MembershipList" do UnifiedExtensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uefi.org/members, estando na categoria"Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior;</p> <p>XII. GARANTIA Os equipamentos devem possuir garantia padrão ofertado pelo fabricante por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses com mão-de-obra de assistência técnica e suporte, com serviço de suporte no local ON SITE para reposição e</p>		
--	--	--

	reparo de peças danificadas por problemas de fabricação; A garantia deve ser do fabricante do equipamento e realizada por técnico capacitado e certificado pelo fabricante; O fabricante deve possuir Central de Atendimento (tipo 0800) e website para abertura dos chamados de garantia capazes de executar tarefas de troubleshooting e resolver problemas durante o próprio atendimento, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema; A empresa fornecedora do equipamento deverá prover assistência técnica no local onde esteja instalado o equipamento dentro do território sem qualquer ônus adicional por deslocamento; Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema; Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor e prática a partir da data de comercialização dos equipamentos; Não serão aceitas adaptações no equipamento, adição de componentes não originais do fabricante; CPU, monitor de vídeo, teclado e mouse, deverão ser todos do mesmo fabricante.		
--	---	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4.765/2023, caracterizando-se como comum, de acordo com justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da aquisição e de seus quantitativos se dá para que seja possível prover os sistemas e acesso aos ativos de tecnologia, possibilitando que os serviços prestados pelos servidores públicos municipais ocorram na sua melhor funcionalidade;

2.2. Prestar um serviço de qualidade e agilidade ao munícipe;

2.3. Prover redundância e eficácia dos serviços atrelados ao setor de Tecnologia da Informação;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução proposta é a aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação para o Centro Administrativo Municipal e demais secretarias, atendendo a critérios de qualidade e prazo de entrega previamente estabelecidos.

3.2 A aquisição será realizada por meio de licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor valor, nos termos dos art. 6º, incluso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os bens descritos neste termo de referência têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens 01, 02, 03, 04 e 05, e garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para os itens 06 e 07, em acordo com o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, contra defeitos de fabricação, com cobertura integral de peças de reposição e mão de obra.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos contados da data de emissão do empenho orçamentário, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões

respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Garibaldi, localizada na Rua Júlio de Castilhos, 254, Bairro Centro, Garibaldi/RS.

5.4. O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato o servidor **Marcelo de Borba**.

6.5. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias após a emissão da nota de empenho, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração

durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7. O pagamento será efetuado conforme cronograma emitido pela Administração.

7.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por *menor preço*, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Declaração de Idoneidade;

l) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede do Licitante.

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

OBSERVAÇÃO: O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a trinta (30) dias da data da apresentação do documento;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando os valores previamente orçados, estima-se para a aquisição almejada o empenho até o valor de R\$ 393.803,90 (trezentos e noventa e três mil oitocentos e três reais e noventa centavos).

Considerando os orçamentos encontrados, optou-se pelo uso do MENOR VALOR encontrado dos 03 (três) orçamentos, que resultou no valor orçado estimado de R\$ 393.803,90 (trezentos e noventa e três mil oitocentos e três reais e noventa centavos), por entendermos que o preço já se encontra suficientemente refletindo o mercado.

9.1. Após a realização do levantamento de mercado, deve-se consolidar os valores estimados da contratação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3
01	SCANNER PLANETÁRIO PARA DIGITALIZAÇÃO 1. LED com difusor de alta luminosidade e baixo consumo, garantindo os requisitos em várias condições. 2. Sensor CMOS de no mínimo 16 Mega Pixels com alta resolução atuando com lentes de ajuste de luz, nitidez e cor, permitindo imagens coloridas de alta definição e qualidade otimizada. 3. Tela LCD de alta definição com 2.1pol, para pré-visualização da figura digitalizada sem necessidade de conexão externa a PCs. 4. Algoritmo de correção de curvas, de distorção, de pegadas digitais de leitores e de outras pequenas falhas comuns a livros usados e/ou na prática da digitalização. Especificações: 1. Sensor de imagem de 16MP. 2. Permite resolução Ultra HD até 4608 x 3456 pixels. 3. Lentes de foco automático. 4. Até 30 fps de captura instantânea de vídeo (em HD). 5. Interface USB 2.0 Video Class (UVC). 6. Possibilidade de digitalizar área tamanho A3.	R\$ 4769,90	R\$ 5500,00	R\$ 5400,00
02	SWITCH CORE I. CONECTIVIDADE Deve possuir no mínimo 24 portas ópticas 10G SFP+ para instalação de transceptores SFP+ SR, SFP+ LR, SFP+ DAC e SFP+ OAC diretamente no chassi; Deve possuir no mínimo 6 portas 40G/100G SFP28 para instalação de transceptores QSFP+ SR4, QSFP28 SR4, QSFP+ LR4, QSFP28 LR4, QSFP+ DAC e QSFP28+ DAC diretamente no chassi; As portas 10G SFP+ deverão suportar	R\$ 28740,00	R\$ 26727,00	R\$ 30987,50

	<p>padrão IEEE 802.3ae e IEEE 802.3z; Deve permitir empilhamento de até 9 unidades através das portas SFP28 ou QSFP com velocidade não inferior a 200GB entre equipamentos do mesmo modelo.; Deve possuir LEDs indicadores de velocidade e atividade para cada porta RJ45 do equipamento;</p> <p>Possuir porta de console com conector RJ-45 ou DB9 macho; Possuir porta ethernet para gerenciamento out-of-band;</p> <p>II. CONTROLE</p> <p>Deve suportar Jumbo Frames de até 9K; Deve implementar 4K VLANs ativas segundo o protocolo IEEE 802.1Q; Deve possibilitar atribuição de VLAN baseada em endereço MAC ou subnet IP; Deve suportar regras de ACL; Deve suportar implementação de Voice VLANs; Deve implementar suporte a QinQ; Possuir no mínimo oito filas em hardware para priorização de tráfego por porta; Implementar QoS com base no protocolo 802.1p CoS, DSCP; Deve implementar IGMP Snooping v1, v2 e v3; Deve implementar o gerenciamento de banda; Deve implementar os mecanismos de controle de fila: SP (Strict Priority) ou PQ(Priority Queuing) ou WRR (Weighted Round Robin) por porta;</p> <p>Deve permitir accounting com RADIUS ou TACACS+ ou HWTACACS;</p> <p>III. DISPONIBILIDADE</p> <p>Implementar o protocolo Spanning Tree (802.1D); Implementar o protocolo Rapid Spanning Tree (802.3w); Deve implementar o protocolo Multiple Spanning Tree (802.1s); Deve implementar o protocolo ITU-T G.8032 (ERPS); Deve suportar detecção automática de loopback; Deve implementar BPDU Guard; Deve implementar ROOT Guard; Deve suportar padrão LACP.</p> <p>IV. GERENCIAMENTO</p> <p>Deve possuir suporte a pilha dupla IPv4/IPv6; Deve suportar gerenciamento SNMP v1, v2 e v3; Deve permitir configuração dos parâmetros IP através de serviço DHCP Cliente;</p> <p>Deve permitir acesso a console via Telnet, SSHv2, HTTP ou HTTPS; Deve suportar o protocolo LLDP (IEEE 802.1ab); Deve permitir a atualização de firmware através de um dos métodos: TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS; Deve permitir salvar múltiplas configurações e exportar para um computador local (backup) via TFTP; Deve suportar espelhamento de tráfego; Deve suportar NetFlow ou Netstream; Deve implementar ICMP; Deve implementar IPv6 Neighbor Discovery; Deve suportar SNMP; Deve suportar HTTP ; Deve suportar acesso telnet; Deve suportar NTP ou</p>			
--	---	--	--	--

	<p>SNTP ; Deve implementar mecanismos de Telemetria; Suporte a armazenamento de mensagens geradas pelo sistema em servidor padrão syslog externo; Deve possuir uma porta serial de console para o gerenciamento e configuração do equipamento;</p> <p>V. FUNCIONALIDADES L3 (CAMADA 3) Deve prover roteamento IP; Deve suportar tabela de roteamento; Deve suportar no mínimo 250 mil rotas IPv4; Deve suportar no mínimo 80 mil rotas IPv6; Deve suportar rotas multicast; Deve suportar a manutenção da tabela de rotas através dos protocolos RIP, RIPv2, OSPF e BGP4+; Deve suportar a implementação de VRRP; Deve suportar a implementação de MPLS;</p> <p>VI. DESEMPENHO Deve possuir capacidade de vazão(switching) de ao menos 1.68 Tbps; Deve chavear no mínimo 490 Mpps; Tabela de endereços MAC com capacidade para no mínimo 384 mil endereços;</p> <p>VII. PADRONIZAÇÃO Deve ser compatível com os seguintes padrões: IEEE 802.1D (STP);IEEE 802.1p (COS);IEEE 802.1Q (VLAN);IEEE 802.1s (MSTP);IEEE 802.1w (RSTP);IEEE 802.1X (Security);IEEE 802.3ab (1000BASE-T);IEEE 802.3ad (Link aggregation);IEEE 802.3x (Flow control);IEEE 802.3z (Gigabit);IEEE 802.1AB (Link Layer Discovery Protocol);</p> <p>VIII. CARACTERÍSTICAS GERAIS Deve possuir fonte de alimentação interna operando em tensões de 100 a 240 V e em frequências de 50 a 60 Hz automaticamente; Deve suportar módulo adicional de fonte de alimentação operando em tensões de 100 a 240 V e em frequências de 50 a 60 Hz automaticamente; Deve vir acompanhado do kit de suporte específico para montagem em Rack de 19; O equipamento deverá ocupar uma unidade de rack; Possuir homologação junto à ANATEL; Deve acompanhar 10 módulos 10GBASE-SR SFP+ 850nm 300m Duplex LC MMF; Deve acompanhar 4 módulos 1000BASE-T Gigabit RJ-45 SFP Transceiver Copper Module;</p>			
03	<p>TELEFONE VOIP Telefone VOIP com fio com as seguintes especificações mínimas: Display monocromático com tamanho mínimo de 128x32 pixel; Codecs suportados: G711A, G711U, G722, G.726 e G.729A/B; Tecla dedicada para realização de conferência; Tecla Menu para acesso as configurações básicas do terminal;</p>	R\$ 300,00	R\$ 380,00	R\$ 0,00

	<p>Teclas para correio de voz², sigilo (mute), viva-voz e atendimento via headset, todas com sinalização por LED;</p> <p>Teclas para ajuste de volume de áudio e campainha, flash e rediscar;</p> <p>Sinalização de campainha por LED;</p> <p>Suporte a QoS;</p> <p>Suporte a VLAN (802.1Q);</p> <p>Capacidade para registro em servidor primário e secundário</p> <p>01 Interface WAN 10/100 Base-T (RJ45);</p> <p>01 Interface LAN 10/100 Base-T (RJ45);</p> <p>Configurável via navegador web e display do equipamento;</p> <p>Protocolos de sinalização: IP, TCP, UDP, LLDP, ARP, HTTP, HTTPS cliente DHCP, cliente DNS, VLAN 802.1q, NTP (Network Time Protocol), RTP (Real Time Protocol) e RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP, SIPs (suporte a segurança de chamada) e 802.1x, permitindo que este seja habilitado ou desabilitado;</p> <p>Alimentação Bi-Volt com suporte a PoE;</p>			
04	<p>COMPUTADOR CORPORATIVO</p> <p>Computadores para uso administrativo com as seguintes especificações mínimas:</p> <p>I. PROCESSADOR</p> <p>Integrante da geração mais recente disponibilizada pelo fabricante do COMPUTADOR, ou lançado à partir do ano de 2023.</p> <p>Performance mínima de 13.000 (treze mil) pontos, no Performance Test da Passmark® Software; o desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. Consulta efetuada em 29/01/2024.</p> <p>Será aceito variação de até 3%, para menos na pontuação, devido a volatilidade no ranking de processadores da Passmark®;</p> <p>II. MEMÓRIA</p> <p>16 GB de memória instalada, DDR4 3.200 Mhz ou superior;</p> <p>III. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <p>Deve conter 1 (uma) unidade de disco interna, com capacidade mínima de 256 GB SSD M.2 NVMe®;</p> <p>IV. PLACA PRINCIPAL</p> <p>A placa mãe deve ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, com o nome serigrafado, não sendo aceito placas de livre comercialização;</p> <p>BIOS desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos de copyright sobre o mesmo, não sendo aceitas soluções em regime de</p>	R\$ 6500,00	R\$ 6700,00	R\$ 0,00

	<p>OEM ou customizadas; Deverá possuir 2 x Slots SO-DIMM, DDR4 2.666 MHz ou superior; No mínimo 6 (seis) interfaces USB nativas sendo ao menos 3 portas no padrão USB 2.0 e 2 portas no padrão USB 3.2; Deverá possuir interfaces de expansão M.2; Deverá possuir duas saídas de vídeo podendo ser no padrão HDMI e/ou DISPLAYPORT; Controlador de Rede Ethernet Gigabit; Chip de segurança TPM versão 2.0 integrado para criptografia; 01 Autofalante 1.5W;</p> <p>V. MONITOR DE VIDEO LED Tela de no mínimo 21,5" polegadas; Deverá possuir entrada digital DisplayPort ou HDMI; Deverá possuir ajuste de altura; Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento;</p> <p>VI. MONTAGEM DO COMPUTADOR Montagem original do fabricante utilizando suporte padrão VESA para acoplamento do gabinete ao monitor;</p> <p>VII. PERIFÉRICOS Teclado padrão ABNT-2; Mouse óptico ou laser; Os periféricos devem ter conexão USB e ser de cor e tonalidade predominantes iguais às do equipamento ofertado e da mesma marca do fabricante do equipamento;</p> <p>VIII. GABINETE Padrão Mini com no mínimo de 2 (duas) portas USB frontais; Tamanho máximo: 184 x 40 x 184 mm;</p> <p>IX. ALIMENTAÇÃO Fonte de alimentação com faixa de operação de 100/240V- bivolt automático, com potência suficiente para o pleno funcionamento do equipamento e seus recursos. Deverá possuir no mínimo 87% de eficiência. Deve estar em conformidade com o padrão ENERGY STAR. Cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do computador devem ser fornecidos conjuntamente. O cabo de energia deve atender ao padrão NBR 14136; Deve acompanhar estabilizador com entrada Bivolt e potência mínima de 500VA;</p> <p>X. SOFTWARES Deve acompanhar o equipamento uma licença de sistema operacional Microsoft Windows 11 na versão profissional no idioma Português BR, pré instalado pelo fabricante;</p>			
--	---	--	--	--

	<p>Deve acompanhar o equipamento, licença de acesso de cliente (CAL) por dispositivo para utilização em domínio com Windows Server 2022 ou superior. O licenciamento deve ser vinculado à conta Microsoft ti@garibaldirsgovbr.onmicrosoft.com – id: 9b6267bf-4468-43bb-82f6-5d3ad8a654a1;</p> <p>O ticket ou recibo do licenciamento junto à Microsoft deve ser enviado juntamente com a nota fiscal do equipamento para comprovação da vinculação junto a conta Microsoft;</p> <p>XI. DOCUMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÕES</p> <p>Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo;</p> <p>O Fabricante devera possuir site na internet para downloads de drivers e dos softwares originais instalados de fábrica;</p> <p>O equipamento deverá, comprovadamente, pertencer à linha corporativa, não sendo aceitos equipamentos destinados ao uso doméstico;</p> <p>Os equipamentos serão entregues com todos os seus componentes configurados, atendendo às exigências citadas;</p> <p>Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original devem estar disponíveis em site do fabricante;</p> <p>O fabricante deve ser registrado na "MembershipList" do UnifiedExtensible Firmware Interface Fórum, acessível pelo website www.uefi.org/members, estando na categoria "Promoters", de forma a atestar que os seus equipamentos estão em conformidade com a especificação UEFI 2.x ou superior;</p> <p>XII. GARANTIA</p> <p>Os equipamentos devem possuir garantia padrão ofertado pelo fabricante por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses com mão-de-obra de assistência técnica e suporte, com serviço de suporte no local ON SITE para reposição e reparo de peças danificadas por problemas de fabricação;</p> <p>A garantia deve ser do fabricante do equipamento e realizada por técnico capacitado e certificado pelo fabricante;</p> <p>O fabricante deve possuir Central de Atendimento (tipo 0800) e website para abertura dos chamados de garantia capazes de executar tarefas de troubleshooting e resolver problemas durante o próprio atendimento, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;</p> <p>A empresa fornecedora do equipamento deverá</p>			
--	--	--	--	--

	<p>prover assistência técnica no local onde esteja instalado o equipamento dentro do território sem qualquer ônus adicional por deslocamento;</p> <p>Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema;</p> <p>Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor e prática a partir da data de comercialização dos equipamentos;</p> <p>Não serão aceitas adaptações no equipamento, adição de componentes não originais do fabricante;</p> <p>CPU, monitor de vídeo, teclado e mouse, deverão ser todos do mesmo fabricante.</p>			
05	<p>KIT BASE VOIP SEM FIO</p> <p>Composição do Kit: 05 Telefones Sem Fio e 01 Base DECT</p> <p>Unidade Telefone Sem Fio DECT:</p> <p>Padrão de telefonia: DECT;</p> <p>Faixas de frequência: 1910 – 1920 MHz;</p> <p>Número de canais: 5;</p> <p>Alcance: até 300 metros ao ar livre e 50 metros em local fechado;</p> <p>Display LCD TFT colorido de 1,8 pol (128x160);</p> <p>Teclas exclusivas para as funções ENVIAR, DESLIGAR, VIVA-VOZ e SILENCIAR;</p> <p>Codecs suportados: G722 , G.726, AEC, AGC, redução de ruído ambiente;</p> <p>Segurança: autenticação e criptografia DECT;</p> <p>Alimentação: entrada bivolt (100-240 VCA) 50/60 Hz;</p> <p>Baterias: AAA recarregáveis de Ni-MH de 800 mAh – capacidade mínima de 20 horas de conversa;</p>	R\$ 2700,00	R\$ 2750,00	R\$ 0,00
06	<p>KIT PROJETOR + TELA</p> <p>Composição do Kit: 01 Projetor e 01 Tela de Projeção</p> <p>Sistema de projeção: 3LCD;</p> <p>Resolução nativa: XGA 1024x768;</p> <p>Brilho (branco/color): 3,400 lumens;</p> <p>Razão de aspecto: 4:3</p> <p>Redimensionamento: 1280 x 800 (WXGA), 1280 x 960 (SXGA2), 1280 x 1024 (SXGA3) 1366 x 768 (WXGA60-3), 1400 x 1050 (SXGA+), 1440 x 900 (WXGA+);</p> <p>Duração prevista da lâmpada: Modo econômico até 12 horas, Modo normal até 6.000 horas;</p> <p>Alcance Throw Ratio: 1.44 (Zoom: Wide), 1.95 (Zoom: Tele)</p> <p>Distância de projeção/tamanho da tela: 30" até</p>	R\$ 5080,00	R\$ 5850,00	R\$ 6000,00

350" (0,87m até 10,34 m); Ajuste de projeção (Keystone): Automático Vertical: ± 30 graus, Slider Horizontal ± 30 graus; Conectividade (Interface): 1x USB Type-B, 1x HDMI, 2x Computer/Component, 1x Video, 1x RS- 232c, 1x Monitor Out Audio 1 & 2 Audio R & L 1x Audio Out; Razão de contraste: até to 15,000:1; Reprodução de cores: até 1.07 bilhão de cores; Lente de projeção: Ajuste manual de foco, F-1.44, tamanho 16,7mm e zoom digital 1,0 – 1,35; Tela de projeção com dimensões mínimas de 1,80m x 1,80m contendo tripé para afixação em locais apropriados com ajuste de altura;			
---	--	--	--

9.2. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 4.765/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária 32018, 32014, 32001, 32002, 32003.

Garibaldi, 28 de março de 2024.

JESSICA
PIMENTEL DA
SILVA:029423
70033

Assinado de forma
digital por JESSICA
PIMENTEL DA
SILVA:02942370033
Dados: 2024.03.28
09:36:04 -03'00'

JÉSSICA PIMENTEL DA SILVA
Diretora Geral

EDUARDO ARTUR MOMBACH
Secretário Municipal de Administração